

Acta da Reunião do Conselho Municipal de Educação da Lousã, realizada no dia 27 de Abril de 2007.

Aos vinte e sete de Abril de dois mil e sete, nesta Vila da Lousã, reuniu-se no Auditório do Museu Etnográfico da Serra da Lousã, o Conselho Municipal de Educação da Lousã, adiante designado CMEL, em reunião extraordinária, tendo estado presentes:

o Vereador do Pelouro da Educação (Dr. Jorge Alves); da Direcção Regional de Educação do Centro / Coordenação Educativa (Dra. Manuela Martinho); Ensino Secundário (Prof. Maria do Carmo Sequeira); do Ensino Básico (Prof. Maria Salomé Correia); do Pré - Escolar (Educadora Ana Paula Rodrigues); representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação da Lousã (Enf. António Carvalho); do Centro de Emprego da Lousã (Dra. Manuel Filipe Silva); da GNR da Lousã (Sargento-mor Lucénio Martins); a Delegada de Saúde da Lousã (Dra. Graça Correia); da Assembleia Municipal (Sr. António Bandeira); do Ensino Básico (Prof. Odete Antunes).-----

Apresentaram justificação de falta: a Câmara Municipal da Lousã (Dr. Fernando Carvalho – Sr. Presidente); das IPSS – ADIC (Sr. Rogério Martins).-----

Não estiveram presentes na reunião: das Juntas de Freguesia do Concelho (Dr. António Marçal); a Escola Profissional da Lousã (Prof. Antónia Santos Pereira); da Associação de Estudantes da Escola Secundária da Lousã (Sr. David André Silva); do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social (Dra. Anabela Dengucho).-----

A convite do CMEL estiveram presentes representantes da ARCIL (Dr. Marques Leandro; Dra. Cristina Silva; Dra. M^a Emília Santos; Sónia Ferreira), do Agrupamento de Escolas Álvaro Viana de Lemos (Prof. Jorge Monteiro; Prof. Ana Paula Sequeira); do Agrupamento de Escolas da Lousã (Prof. Henriqueta Oliveira; Prof. Isabel Teresa Palha).-----

Às 9h40 deu-se início aos trabalhos. -----

ORDEM DE TRABALHOS:-----

1. Informações-----
2. “Pintar um Sorriso no Futuro” -----
3. Deliberação sobre a constituição de Grupo de Trabalho: “Formação de Segunda Oportunidade” -----
4. Apresentação do trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho sobre Necessidades Educativas Especiais (adiante NEE) -----

Jorge Alves informa da deliberação sobre a criação de quatro pólos educativos no concelho (anexa), assinada pelos dois Agrupamentos de Escolas e pela Câmara Municipal da Lousã (adiante CML), que visa dar execução ao preconizado pela Carta Educativa: -----

- *Santa Rita* (JI e EB): 208 alunos-----

- *Levegadas e Pegos* (JI e EB): 32 + 31 = 63 alunos -----

- *Serpins* (JI e EB de Serpins e JI e EB de Casal de Sto António): 74+51 = 125 alunos-

- *Freixo* (JI e EB): 108 alunos-----

Estas escolas têm infra-estruturas de apoio comuns ao Jardim de Infância e Escola Básica, nomeadamente recreios, refeitórios e biblioteca escolar. -----

Sobre a visita da Sra. Directora Regional às Levegadas e Pegos informa que a Dra. ficou espantada pois esperaria encontrar escolas degradadas e deparou-se com escolas que cumprem todas as normas. A visita seguiu-se de reunião onde foi proposto o encerramento de outras escolas, fazer uma EB1 Levegadas com duas salas de aulas e um JI dos Pegos com duas salas de JI e mesmo reagrupar os estabelecimentos num só Agrupamento de Escolas Concelhio. Analisou-se o impacto do eventual encerramento de qualquer escola que implicaria desdobramentos noutros estabelecimentos. A Directora disse que face ao constatado e à quantidade de documentos recebidos (do CMEL, dos Pais e Encarregados de Educação, da Autarquia) irá propor ao Ministério da Educação (adiante ME) que não haja qualquer alteração em qualquer escola. -----

Informa que no próximo ano lectivo se continuará com a estratégia de 1.º e 2.º anos nos Pegos e Serpins e 3.º e 4.º anos nas Levegadas e Casal de Santo António, o que facilita as aprendizagens e a organização da escola. -----

Convida os elementos do CMEL para uma sessão de esclarecimento sobre Transporte de Crianças, a decorrer naquele local, no dia 10 de Maio pelas 15h. Diz que a nova legislação tem muitas lacunas e interpretações e que a GNR tem tido alguma contenção. Lucénio Martins diz que há entidades que não terão hipótese de cumprir o que é pedido, mas em breve a GNR terá que passar a intervir. Jorge Alves diz que os motoristas e acompanhantes são obrigados a fazer uma formação específica que não está regulamentada e que a única entidade a realizar formação é a APSI (Associação para a Promoção da Segurança Infantil) – formação cara e não certificada. Continua prevendo que em 2007/8 haverá redução significativa de visitas de estudo e dos apoios às actividades desportivas. Diz que há transportes da Autarquia que são feitos por IPSS e outros pela TRANSDEV e obedecem a regras diferentes. Há ainda um conjunto de transportes que são feitos pela CML e vai ter que haver troca de autocarros da Autarquia, numa altura de contenção de despesas.-----

Jorge Alves diz que a maior parte dos transportes da CML cumpre os requisitos para transporte de maiores de 18 anos e que por ex. a TRANSDEV poderá operar com veículos com 30 anos, mas a CML ou as IPSS não podem. Diz que nas cidades há diversos operadores e não há transportes rurais. O grupo discute os objectivos e a filosofia da nova lei, perguntando-se se a segurança será o principal mote da legislação. António Carvalho ironiza sobre a extrema exigência da lei e diz que foi dado algum tempo para as Autarquias resolverem estas questões. Considera, no entanto, que não se devem defender situações de transporte irresponsável e lamenta que as crianças deixem de realizar determinadas actividades porque por exemplo, uma acompanhante adoeça. Lucénio Martins, Graça Correia e António Carvalho consideram que a lei peca por excesso de zelo. O CMEL fala sobre os negócios e lobbies à volta desta questão. Jorge Alves pergunta que segurança têm os transportes urbanos em que as crianças viajam de pé. Lucénio Martins relata situações em que as crianças eram transportadas em carrinhas de caixa aberta e malas de carro, mas ressalva que o legislador não teve em conta a realidade do país.-----

Manuela Martinho informa que a DREC vai voltar a realizar visitas de acompanhamento das Actividades de Enriquecimento Curriculares.-----

Jorge Alves informa que em www.cm-lousa.pt/cmhel.htm estão algumas informações mínimas sobre o CMEL e solicita os e-mails dos elementos.-----

-----II-----

Sobre o ponto 3. “Formação de segunda oportunidade” é aprovada uma proposta (anexa) tendo em vista uma maior articulação e a definição e execução de medidas estratégicas comuns, no âmbito do combate ao abandono escolar a partir do 2.º ciclo do ensino básico, propõe-se a constituição de um grupo de trabalho, do qual farão parte as seguintes entidades: CML - Sector de Educação, Agrupamento de Escolas da Lousã, Escola Secundária da Lousã, Centro de Emprego da Lousã, Escola Profissional da Lousã, Centro de Reconhecimento e Validação de Competências da Lousã – Pólo da Escola Nacional de Bombeiros.-----

-----III-----

Passa-se ao ponto 4. Apresentação do trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho sobre Necessidades Educativas Especiais.-----

Salomé Correia diz que após algum trabalho exaustivo se conclui que não existem dados rigorosos sobre toda a situação no Concelho. -----

Cristina Silva diz que os procedimentos não são uniformes, por vezes os pais pagam as terapias, outras vezes os terapeutas fazem consultas e aguardam pagamentos.

Isabel Palha diz que conhece duas famílias cujos educandos não vão à terapia da fala, pois os pais não sabem se vão ser apoiados financeiramente. Salomé Correia

acrescenta que quando os pais não adiantam o pagamento, os próprios terapeutas não sabem se lhes será pago o serviço. Isabel Palha diz que anteriormente era atribuído às famílias um subsídio de educação especial, que podia ou não cobrir os custos. Paula Sequeira tem conhecimento de Encarregados de Educação que não têm qualquer subsídio. -----

Salomé Correia diz que não se percebe porque é que não há uma terapeuta da fala no concelho e pergunta como hão-de os executivos resolver os problemas de falta de psicólogos no ano lectivo 2007/8. Diz que não devemos tirar do horizonte que não é possível iniciar um ano lectivo com regularidade, se os problemas graves persistirem.

Henriqueta Oliveira diz que o Agrupamento que preside apresentou candidatura ao PRODEP, em que solicitavam um psicólogo, fundamentando muito bem a necessidade dessa resposta. -----

Marques Leandro diz que o projecto de 2007/08 já está apresentado (os dois Agrupamentos são parceiros), mas que foi assinado sob reserva explícita no ofício e no protocolo, levantando as dificuldades. -----

Emília Santos apresenta um powerpoint (anexo) e vai referindo que o sucesso das terapias se vê na inclusão social. Diz que os dados a que se referem os gráficos apenas contemplam crianças com NEEs e não incluem alunos da Escola Secundária que não foram apoiados dada a escassez de recursos, mas ressalva a hipótese de apoiar estes alunos em 2007/8. Informa que há 15 casos em que a ARCIL não é apoiada financeiramente, mas apoia alunos. Diz que há necessidade de realizar mais avaliações psicológicas, mas há que ter cuidado pois essas avaliações podem contribuir para criar estigmas. Diz que uma terapeuta da ARCIL apoia em média 35 pessoas e deveria apoiar apenas 20; Conta que o material pedagógico que existe é manifestamente insuficiente ou está obsoleto e que a sua aquisição não é acessível.---

Marques Leandro diz que a ARCIL faz diariamente cerca de 1435kms, grande parte em deslocações entre a Escola e a ARCIL. Afirma que no ano anterior a Autarquia pagou todas as despesas de transporte, mas que em 2006/7 passou a pagar apenas Casa – Escola – Casa, assunto que irá renegociar com a CML. Jorge Alves diz que a Autarquia não assumirá o pagamento dos transportes da educação inclusiva, ao que Marques Leandro declara que não poderá fazer os transportes Escola - ARCIL – Escola em 2007/8 caso estes não sejam financiados, pois não pode colocar a ARCIL numa situação de falência. Refere que a direcção já assentou que não fará estes transportes sem apoio. -----

Salomé Correia informa sobre os dados de um quadro (anexo) e diz que os direitos das crianças com NEE não estão a ser exercidos por motivos financeiros. Refere as boas parcerias e boas vontades que existem entre Conselhos Executivos e ARCIL.

Pergunta a Manuela Martinho se, perante isto, a DREC irá assumir estes custos do 1.º Ciclo, ao que lhe é respondido que irá averiguar a situação e responder através dos Conselhos Executivos. A representante da DREC refere um caso concreto que deslocação de uma criança da Lousã para Coimbra, pago pela DREC.-----

Jorge Alves diz que a CML não irá assumir estes custos de transportes, pois se o fizer a DREC desresponsabilizar-se-á por estes custos.-----

Isabel Palha diz que urge envolver nesta questão dois Ministérios: o da Educação e o do Trabalho e da Segurança Social (adiante MTSS). Diz que é preciso envolver os pais nestas questões, pois por vezes partem do princípio que está tudo resolvido e nem sabem as dificuldades que há para transportes, aquisição de materiais, entre outros. Diz ainda que é necessário reunir instituições e recursos.-----

Emília Santos traça um historial: quando a ARCIL era Escola de Ensino Especial todas as vertentes e áreas eram pagas. A ARCIL foi a primeira instituição a transferir alunos para o ensino regular. Todavia a ARCIL passou a Centro de Recursos e o ME retirou-se das suas competências. Diz que há quem pergunte porque é que a ARCIL não vai à escola e responde que as escolas não têm meios e não se pode transportar equipamentos. Refere que a psicóloga e a assistente social fazem trabalho nos estabelecimentos, mas que nem todo o trabalho se adequa ao espaço da escola.-----

Marques Leandro diz que a ARCIL está em dificuldades também porque reconhece os direitos do trabalhador, enquanto entidade patronal: o ME paga o mesmo pelo trabalho técnico há anos (a “100%”), e há um défice entre o que é subsidiado e o que é remunerado. Quando Jorge Alves pergunta quem financia a Actividades de Tempos Livres das crianças com NEE, ao que lhe é respondido que ninguém financia, essa é uma vantagem dada pela ARCIL.-----

Cristina Silva diz que a ARCIL só tem um recurso que trabalha em transição para a vida activa e que – devido aos largos anos de trabalho – tem horário reduzido e dá uma resposta limitada. Diz ainda que a ARCIL não pode ser a única resposta empregadora, é necessário que as empresas integrem funcionários com deficiência. Diz que só têm um Docente, o Prof. João Graça, e que anualmente a DREC não quer renovar o seu destacamento. Sente que não é dada qualquer importância à ARCIL, nem qualquer poder de negociação. -----

Marques Leandro reitera que é momento de tomar atitudes e que a actual direcção não pode pôr em risco a instituição que emprega 220 trabalhadores. -----

Jorge Monteiro diz que é inegável a intervenção da ARCIL e que precisa averiguar:-----

- 1- o financiamento solicitado ao ME;-----
- 2- o financiamento dado à ARCIL;-----
- 3- o quadro de recursos que a ARCIL disponibiliza sem ressarcimento.-----

Diz que os transportes não são elegíveis no processo de candidatura à DREC e concorda com Isabel Palha, no sentido em que urge conversar com os dois ministérios. Diz também que a ARCIL deve reservar-se ao direito de aceitar ou não aceitar os resultados da candidatura. Diz que um Centro de Recursos Concelhio é uma peça chave como apoio de retaguarda à escola, aos docentes e às famílias.-----

Marques Leandro diz que a Portaria 1102/97 de 3 de Novembro tem de ser modificada, que tem feito contactos com a DREC e os técnicos não podem resolver diversos problemas. Cristina Silva acrescenta que foram feitos contactos com Sub-Directores Regionais e foram apresentados dados sobre os problemas previstos para 2006/7. O presidente da ARCIL refere que há falta de dirigência e de iniciativa por parte dos técnicos da DREC para pedir alterações à referida Portaria. Na sua opinião, tem que haver um processo legislativo que regule situações como a da ARCIL.--

Salomé resume que o CMEL percebeu que a meta a atingir é a ruptura com o sistema actual. Diz que se está a concluir o mesmo que no final do ano lectivo anterior, e que tudo depende de boas vontades. Refere que não há uma delimitação clara de responsabilidades entre os ME e MTSS e que os problemas se agravam de ano para ano, logo há que dar um passo.-----

Cristina Silva diz que no limite a ARCIL terá que deixar de ter boas vontades para equilibrar-se financeiramente, sublinhando que tal não é ameaça mas constatação. Sem os apoios da ARCIL haverá mais queixas, mais visibilidade para o problema e a posição negocial torna-se diferente.-----

Isabel Palha refere que os adultos com deficiência estão bem integrados na Lousã, há pelo menos 8 cadeiras de rodas a circular com autonomia na Lousã.-----

Odete Antunes considera uma hipocrisia o facto de se dar visibilidade ao problema das deficiências através do Sr. Presidente da República, mas o governo depauperava e abandona instituições como a ARCIL.-----

Jorge Alves pergunta se o CMEL deve fazer uma deliberação, ao que António Carvalho diz que se deve deliberar já e António Bandeira propõe que se promova uma reunião sobre este assunto.-----

Manuela Martinho pergunta se já houve uma reunião com a Dra. Cristina Dias, ao que lhe é respondido que sim, mas que nada foi resolvido. Diz que irá ver com o Departamento Jurídico a possibilidade de alteração da Portaria.-----

Jorge Alves e António Carvalho solicitam à ARCIL uma lista de apoios não financiados, ao que Cristina Silva e Marques Leandro respondem que o levantamento está feito. -----

Manuela Martinho sugere uma reunião com a DREC. -----

É deliberado pelo CMEL realizar uma reunião com a Directora Regional Adjunta, Dra. Cristina Dias. -----

-----IV-----

Passa-se à apresentação do ponto 2. “Pintar um Sorriso no Futuro”, em que Henriqueta Oliveira apresenta detalhes sobre um painel (anexo).

Terminou esta reunião às 13:00 e vai ser assinada por mim, Marta Correia, secretária desta reunião.-----

A SECRETÁRIA DA REUNIÃO

Aprovada no CMEL de 2008-02-07